

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº DE, OUTUBRO DE 2003

(Do Sr. Deputado NILSON PINTO)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça sobre a situação da estrangeira DEVATARA VALÉRIA LIPPERT, em solo brasileiro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhada ao Ministro da Justiça, através do Gabinete Civil da Presidência da República, o seguinte pedido de informação:

Foram amplamente divulgadas pela imprensa notícias dando conta a que a alemã **DEVATARA VALÉRIA LIPPERT**, que se encontra no Brasil com visto de turista, e preside uma associação intitulada Clube Ecológico da Amazônia, na Ilha de Fortalezinha, no Município de São João de Pirabas, no Estado do Pará, servindo de fachada para atrair estrangeiros para orgias sexuais com moças e rapazes humildes, já que sua entidade tem como filosofia a realização de sexo livre.

Nas atividades do seu “Clube Ecológico” a estrangeira utiliza de mão de obra de menores, em desrespeito as leis trabalhistas, além de reduzir-lhes à condição de trabalho escravo ou análoga a este.

A estrangeira ainda requereu junto a Secretaria de Patrimônio da União-SPU, o título de ocupação definitiva, que tramita na Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado do Pará, sob o registro 03393.0100001-34.

Senhor Presidente, para melhor ilustrar a extensão dos fatos, passo a transcrever texto do Jornal a Tribuna do Pará, escrito pelo jornalista J.R Avelar, acessível pelo no sítio: www.tribunadopara.com.br/setembro/pirabas_sexo.htm:

"São João de Pirabas: Sexo, drogas e trabalho
escravo na Ilha de Fortaleza

Reportagem:

J.R. Avelar

Após uma matéria exibida no Fantástico da Rede Globo em outubro de 1998, o Jornal a Tribuna do Pará, passou a investigar uma entidade denominada de Clube Ecológico da Amazônia, situada na Ilha de Fortaleza no município de São João de Pirabas. O que voce verá neste trabalho investigativo de quatro são provas concretas que norteiam nosso trabalho profissional, para uma investigação policial, levando em consideração os últimos acontecimentos com outro grupo, desbaratado pela Polícia Federal e cujos integrantes estão presos em Belém. Para melhor situar o leitor, vamos contar com riquezas, os detalhes dos fatos que levaram a apropriação por parte de um grupo de estrangeiros da Ilha de Fortaleza.

Em 11 de janeiro de 1926, por escritura pública de compra e venda, o senhor Raimundo da Silva Magno e sua mulher venderam a João Francisco da Costa os direitos à ocupação da Ilha Oceânica Fortaleza de propriedade da União que na época pertencia a Salinas, mas com o desmembramento e criação do município de Pirabas, a Ilha foi anexado a este município.

Em 31 de janeiro de 1984 João Francisco da Costa transferiu onerosamente os direitos da Ilha de Fortaleza a Irene Netto Romariz a qual em seguida vendeu para José Vieira Lourenço em 06 de agosto de 1985 através de escritura pública, lavrada no cartório do 1º Ofício de Notas. Mas em 28 de setembro de 1993 José Lourenço "doou" ao Clube Ecológico Internacional da Amazônia o direito de ocupação da Ilha com uma área de 2.044.900m2 registrado no Departamento de Patrimônio da União.

Esse tal clube tinha como representantes Markus Hubertus Eister, um alemão residente e domiciliado em Sturrgart na Alemanha e claro José Lourenço o doador. Eles criaram na época a LM-Administradora Ltda. a qual tinha a competência e administração do Clube com objetivos de desenvolver atividades turísticas. Com a morte de José Lourenço em 1995 surgiram denúncias de dilapidação do patrimônio, lavagem de dinheiro, o que culminou no afastamento da LM como administradora.

Então o clube passou a ser gerenciado por estrangeiros tendo como presidente a italiana Livia Gasbarra e vice-presidente a alemã Devatara Valéria Lilippert que possui apenas visto de turista no Brasil, o que impossibilitou a transferência dos direitos de ocupação. Para fugir deste entrave o clube recebeu uma nova denominação agora de Clube Ecológico da Amazônia e tem como presidente Carlos Alberto Franco que foi secretário de Estado no governo Carlos Santos.

Com essa legalização o famigerado clube teve o registro de ocupação na Gerencia Regional do Patrimônio da União sob o número 03393.0100001-34.

Para passar por uma entidade séria o CEA foi criado em 15 de outubro de 1993, tendo como objetivo o estudo e a preservação ecológico da Ilha, como se vê diferente dos objetivos do Clube Internacional. No entanto o tempo foi suficiente para mostrar os verdadeiros objetivos da entidade, aliás, que diferente da preservação o Clube passou a ter como atividade à divulgação de vídeos eróticos produzidos na Ilha, bem como a prática do tantrismo (culto) nudismo, naturalismo, massagens sexuais onde se propala e estimula a prática do sexo livre e o mais grave a venda de lotes para estrangeiros.

Tudo isso foi possível ver claramente em reportagem do programa Fantástico no dia 19 de

outubro de 1998, cuja abertura feita pelo apresentar Pedro Bial dizia o seguinte: "Em uma Ilha do Norte do País, está todo mundo nu fazendo muito sexo", (o griffo é nosso).

Na verdade a matéria chocou os moradores de Pirabas e as declarações dos donos do clube foram mais cínicas quando o "guru" do grupo disse "Todo mundo pode e deve transar com todo mundo, pois através do sexo se alcança a paz espiritual" (o grifo é nosso). Em outras palavras isso pretendia transmitir e estimular o povo principalmente os jovens a participar de verdadeiras orgias e a libertinagem, travestida na forma de rituais que eles chamaram de "Tantrismo".

Porém o mais grave na reportagem foi à afirmação de Devatara Lippert que no local foram gravados vídeos "pornô" que estavam circulando na Europa, e na Internet com exposição de moças e rapazes nativos da região com a finalidade de divulgar e atrair estrangeiros para Pirabas para que estes desfrutassem livre e impunemente das orgias, que são coibidas em seus países.

Se não bastasse a exploração de nossos recursos naturais por essa "quadrilha de gringos" tivemos que conviver com verdadeiros atentados ao pudor e aos bons costumes de uma população ordeira e pacata, cujos atos acabaram influenciando na cultura e no caráter de crianças e adolescentes.

O efeito da "sacanagem" dos alemães deu certo e durante estes anos o movimento na Ilha de Fortaleza foi alarmante e para atender os "turistas" que pagam um fortuna pelas orgias, foram realizadas obras sem nenhum controle das autoridades, em área que eles diziam ser de preservação em uma verdadeira agressão ao Meio Ambiente.

Cansados de ver tanta "orgia" exposta, cerca de 40 entidades (veja matéria nesta edição) dirigiu abaixo assinado ao prefeito João Bosco

Moysés expondo toda situação e suas insatisfações quanto à freqüência dos estrangeiros na Ilha e seus seguidores pelas práticas agressivas aos bons costumes do lugar e à moralidade pública.”

Como o teor das acusações são graves, e principalmente se realizadas por estrangeiro, julgo necessário os seguintes esclarecimentos, bem como a imediata apuração das denúncias:

- a) qual a situação em território brasileiro da alemã DEVATARA VALÉRIA LIPPERT,
- b) se a estrangeira solicitou visto de permanência no país;
- c) caso afirmativo o item acima qual as condições para concessão e qual o estágio da tramitação do pedido;
- d) se o estrangeiro pode ser proprietário, ter acesso, ver concedido, ter a cessão precária ou definitiva de propriedades da união;
- e) se o estrangeiro pode envolver-se, manter , participar ou cooperar com entidades ou associações;

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2003.

Deputado NILSON PINTO